



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento da política de salvaguarda do património cultural

Macau possui características de convergência das culturas oriental e ocidental, e muitos dos seus monumentos históricos, que se encontram integrados na Lista do Património Mundial desde 2005, conseguem atrair anualmente um grande número de visitantes. Existem actualmente em Macau 147 imóveis classificados, que abrangem mais de 600 construções, espalhadas pelas diversas freguesias, e muitos dos quais são propriedades privadas. Por isso, o Governo da RAEM estabeleceu, em 2013, a Lei de salvaguarda do património cultural, estipulando que os responsáveis pelo património cultural devem tomar as medidas de protecção necessárias e oportunas em relação ao património sob a sua gestão, a fim de garantir a segurança do mesmo.

Na verdade, as causas de danificação do património cultural são várias, entre as quais se destacam a degradação natural, a sobrecarga de visitantes, a destruição por maldade, os desastres naturais e os danos por bichos e por incêndios, etc.; além disso, muitos edifícios de grande valor patrimonial encontram-se em taludes ou em zonas baixas e podem, por isso, ser danificados por tufões ou outras condições meteorológicas extremas. Caso o património cultural seja danificado, é inevitável que o seu responsável tenha de suportar despesas avultadas com a respectiva reparação, o que agrava a sua pressão em conservar o património cultural e, além disso, a falta de apoio também dificulta a manutenção do mesmo. O património cultural e histórico é um elemento importante para a imagem da cidade de Macau e para a transmissão da cultura, sendo também um factor nuclear para a promoção do turismo, portanto, merece a devida protecção.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Lei n.º 11/2013 (Lei de salvaguarda do património cultural) já foi implementada há muitos anos, mas são frequentes os estragos no património cultural e existe também o problema da falta de manutenção. O Governo deve proceder a uma avaliação global sobre a situação da implementação da Lei de salvaguarda do património cultural e otimizar as respectivas normas e políticas, com vista a aumentar a sua eficácia. Vai fazê-lo? A manutenção de muito património cultural privado, devido à falta de recursos, não consegue ser realizada e, quando se registam grandes desastres, as despesas com a sua reparação são avultadas. De que mecanismo de longo prazo dispõe o Governo para assegurar a salvaguarda e a continuação do património cultural?
2. Actualmente, o Instituto Cultural (IC) tem placas de advertência em 22 edifícios principais do património mundial, dentro do Centro Histórico de Macau, e também destacou agentes policiais para efectuar patrulhas em redor, no entanto, são ainda frequentes os casos de destruição do património cultural. De que medidas de optimização e de acompanhamento dispõe o Governo para o efeito? Actualmente, muito património cultural já se transformou num ponto de “*check in*” e, no passado, registaram-se problemas de deterioração devido à sobrecarga de turistas, assim sendo, de que medidas concretas dispõe o Governo para o proteger?

26 de Agosto de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Cheng I**